

## A sinuca brasileira



Por **HOMERO SANTIAGO\***

*Desastre não houve; mas o horizonte não é dos melhores*

A expectativa é a mãe da decepção. Impossível não recordar essa máxima de almanaque ao considerar, de um ponto de vista de esquerda, o resultado da primeira rodada das eleições gerais brasileiras de 2 de outubro. A projeção de uma grande onda vermelha foi seguida de uma vitória de sabor amargo que se exprimiu em disputas de votos mais apertadas do que o esperado e viravoltas de última hora. Embora não tenha sido um desastre, essa constatação não traz alívio ao ânimo dos que restam na frustração e no medo com relação ao futuro mais imediato.

Em boa medida alimentada por pesquisas eleitorais que se revelaram incapazes de detectar os movimentos dos últimos dias de campanha, parte significativa da esquerda lançou-se a uma espécie de revanche antecipada contra o bolsonarismo, projetando um estrondoso sucesso de Luís Inácio Lula da Silva já no primeiro turno e a vitória de candidatos lulistas em postos estratégicos nos governos estaduais e no Senado, além de uma ampla bancada nos legislativos federal e estaduais.

De maneira muito incisiva, nada disso aconteceu. Pelo contrário, apesar da vitória de Lula, com uma participação de cerca de 80% do eleitorado o resultado final demonstrou uma margem de diferença pequena para seu principal oponente, Jair Bolsonaro (48% contra 43%), e inesperadas derrotas estaduais, com destaque para o executivo e a vaga de senador do estado de São Paulo, o maior da federação e berço do PT.

Lula e Jair Bolsonaro ainda se enfrentarão numa segunda rodada em 30 de outubro e provavelmente vencerá a parada o candidato esquerdista. A avaliação final, contudo, será complexa e áspera; não poderá fugir de algumas questões políticas urgentes no curto prazo e outras cuja ponderação aprofundada determinará, no médio e longo prazo, os êxitos possíveis da esquerda e do combate à extrema direita.

Ainda que seja um temerário refletir sobre um processo em curso, pensamos haver já elementos suficientes para a formulação de alguns desses problemas deixados à esquerda brasileira pelas eleições de 2 de outubro.

Em primeiro lugar, no caso de vitória de Lula, será ingente o desafio da relação com um parlamento que se elegeu, em sua maior parte, ao lado de Jair Bolsonaro. Em especial, o bolsonarismo passa a deter maioria do Senado, o que lhe permitirá agir diretamente (por meio de mecanismos previstos na Constituição) contra o Supremo Tribunal Federal, que nos últimos anos tem servido de freio à razia bolsonarista. No Brasil, pela fragilidade de muitas agremiações partidárias, em vez de nascerem das urnas as maiorias costumam formar-se por meio de intensas negociações pós-pleito. Ora, é difícil apostar em amplas composições entre a parcela mais aguerridamente bolsonarista do legislativo e um eventual governo de Lula.

Ademais, será complexo o trabalho de anulação dos efeitos do bolsonarismo no campo dos direitos sociais e civis, da preservação ambiental, das relações entre os poderes e as forças armadas e as polícias, entre Estado e mercado. Vale a pena destacar o exemplo do desmonte dos órgãos e dos mecanismos de fiscalização ambiental nos anos Bolsonaro -

quando o Brasil conheceu os piores índices de desmatamento de sua história e milhões de reais em multas foram perdoados – com a anuência de parte importante do setor agropecuário que responde por quase metade da balança comercial brasileira e é política e culturalmente dominante em várias regiões do país.

A migração de votos, na última hora, de vários candidatos menores para Jair Bolsonaro demonstra a persistência do antilulismo, do antipetismo, do antiesquerdismo, que ganharam corpo com a operação Lava Jato na década passada. A virada brusca em importantes estados e a ascensão repentina da votação de Jair Bolsonaro contra todas as previsões não se podem explicar por um incidente; indicam antes tendências políticas arraigadas. Assim como não é crível que todos os eleitores de Jair Bolsonaro sejam bolsonaristas, é muito provável que, numa disputa eleitoral acirrada, prefiram qualquer nome a um presidente de esquerda. Em suma, o bolsonarismo demonstrou uma capilaridade, e uma capacidade de falar aos que não são imediatamente seus que não eram esperadas.

As campanhas políticas se transferiram quase completamente para o mundo virtual – um estrangeiro desavisado que desembarcasse no Brasil em meados de setembro, baseando-se somente no clima das ruas, dificilmente imaginaria que estávamos em meio a uma campanha eleitoral. Ora, a habilidade bolsonarista no universo das redes sociais é reconhecida; salvo raras exceções, o discurso da esquerda ainda não conseguiu adaptar-se às novas tecnologias.

E com isso vem um problema adicional: qual deve ser o sentido de uma tal adaptação? Em face da maciça difusão de *fake news* e do recurso ao intimidação praticados pelas hostes bolsonaristas, por exemplo, há quem defenda a adoção de expedientes semelhantes por parte da esquerda (um deputado federal alinhado à campanha de Lula chegou mesmo a sugerir que não se vence o bolsonarismo sem ser um pouco bolsonarista). Porém – eis o ponto cardinal – faz algum sentido agir segundo os parâmetros característicos do inimigo?

Nessa mesma linha, a eleição deste ano, mais até que aquela de 2018 que elegeu pela primeira vez Bolsonaro, determinou a centralidade de questões “morais” ou assim consideradas no debate político: valores cristãos, pátria, família, corrupção, políticas sobre drogas, direitos LGBTQIA+, igualdade de gênero, etc. Se é verdade que essa atualização da agenda se conecta fortemente à emergência de amplos setores de matriz neopentecostal (hoje mais ou menos um terço da população brasileira), tal explicação não é suficiente; deve-se reconhecer que outros setores, inclusive alguns menos aferrados à religiosidade, despertaram para pautas mais vinculadas a valores religiosos e morais.

Em resumo, parece mais e mais impor-se um intervalo entre as atuais preocupações de mais da metade da população e as grandes questões que pontuaram o debate político nacional até pelo menos o segundo governo de Dilma Rousseff (2015-2016), sobretudo o problema da superação da estrutural desigualdade da sociedade brasileira, a efetuar-se (digamos em grande linhas, mesmo que sob o risco da demasiada simplificação) ou num ritmo mais lento e com atuação predominante do mercado (a via socialdemocrata de Fernando Henrique Cardoso) ou em ritmo mais acelerado e por meio de forte atuação do Estado (a via do PT). A esquerda encontra ainda enormes dificuldades de adaptar-se (e de novo se põe o problema do sentido dessa adaptação) às novas demandas.

Muitos problemas e questões decerto virão à tona até o final deste ano, com os resultados definitivos das eleições gerais e o “clima” dos primeiros meses sucessivos, destine-se a vitória a um ou a outro lado. De um ponto de vista político de esquerda, porém, uma conclusão mais ampla já se configura no horizonte e é incontornável: o que se denomina “bolsonarismo” é um fenômeno que vai muito da própria figura de Jair Bolsonaro e aponta para uma organização da direita e da extrema direita que conseguiu angariar no seio da sociedade brasileira – reconfigurada social, política, cultural e religiosamente por fatores que ainda precisam ser esclarecidos – uma força tal que não se via desde ao menos 1964, data do último golpe de Estado capitaneado pelos militares e cortejado por amplos setores da população civil.

Desastre, vale reiterar, não houve; mas o horizonte não é dos melhores.

**\*Homero Santiago** é professor no Departamento de Filosofia da USP.

Publicado originalmente no site [Conessioni precarie](#).

**O site A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.  
Ajude-nos a manter esta ideia.  
[Clique aqui e veja como](#)**